

9. HAVERES MOBILIÁRIOS

9.1 - Participação Acionária em Empresas

A União passou a deter, ao final do exercício de 2003, participação acionária majoritária em 52 empresas (32 sociedades de economia mista e 20 empresas públicas) e minoritária em 56 empresas, das quais 29 do setor de telecomunicações.

Importante ressaltar que as participações informadas a seguir referem-se, apenas, às ações de propriedade do Tesouro Nacional, não incluindo a participação acionária de órgãos e entidades da Administração Federal Indireta. Ademais, vale mencionar que a consolidação da posição acionária em 31.12.2003 somente estará disponibilizada após a aprovação das demonstrações contábeis do referido exercício, que deverá ocorrer até abril de 2004.

9.1.1 - Aumento de Capital de empresas estatais

Capitalização com ações de propriedade da União

A Assembléia-Geral Extraordinária, realizada de 25.09.2003, aprovou a capitalização da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ pela União, no montante de R\$ 7 milhões, por meio da transferência de 930.851.064 ações ordinárias nominativas, representativas da participação da União no capital da TRACTEBEL ENERGIA S.A., que foram desvinculadas do Fundo Nacional de Desestatização – FND.

Emissão de ações preferenciais da Petrobras

Em virtude do fechamento do capital da empresa Petrobras Distribuidora S.A – BR Distribuidora, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras adquiriu as 589.966.169 ações remanescentes daquela empresa, em circulação no mercado, mediante permuta na razão de 1.000 ações da BR Distribuidora por 0,9626 ações PN da Petrobras S.A. Assim, o capital social da Petrobras foi aumentado em cerca de R\$ 25 milhões, com a emissão de 567.010 ações PN, com a conseqüente diluição da participação da União no capital total da empresa de 32,24% para 32,22 %.

Capitalização com recursos

Em 2003, a União aplicou recursos para aumento de capital em empresas estatais federais no montante de aproximadamente R\$ 32,6 milhões. Desse total, R\$ 13,4 milhões foram destinados à Engenharia Construções Ferrovias S/A – VALEC; R\$ 14,9 milhões à Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN; R\$ 3,1 milhões à Companhia Docas do Pará – CDP e R\$ 1,2 milhões à Companhia Docas do Ceará – CDC.

9.1.2 - Transferência de Haveres Mobiliários à União

Foram transferidas para a titularidade da União:

- 10.930.451.658 ações ON e 7.887.282.258 ações PN de emissão da Cia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA e 63.385.684.000 ações ON e 7.944.108.000 ações PN da Cia Energética de Pernambuco – CELPE, recebidas da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em cumprimento às disposições da Lei nº 8.029, de 12.04.1990, que versa sobre a extinção de entidades da Administração Pública Federal;
- a participação minoritária da extinta Navegação Loyd Brasileiro –Lloydbrás na Empresa Brasileira de Reparos Navais – Renave;
- as ações de emissão de empresas de telecomunicações que se encontravam registradas em nome da extinta Fundação Roquete Pinto e da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes.

9.1.3 - Empresas em liquidação

A Portaria nº 122, de 14.08.2003, prorrogou por 180 dias a liquidação da Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte – GEIPOT que teve início com a edição do Decreto nº 4.135, de 20.02.2002. Encontram-se também em processo de liquidação a Centrais de Abastecimento da Amazonas – CEASA/AM e a Rede Ferroviária Federal – RFFSA, conforme Decreto nº 3.785, de 06.04.2001 e Decreto nº 3.277, de 07.12.1999, respectivamente.

Tabela 9.1
PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA UNIÃO
(Sociedade de Economia Mista)

EMPRESA	(Sociedade de Economia Mista)								POSIÇÃO EM
	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			VALOR (R\$ 1,00)		% CAPITAL			
	QUANTIDADE DE AÇÕES								
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	INTEGRALIZADO	A INTEGR.	VOTO	TOTAL		
BASA	2.873.357.979	-	2.873.357.979	1.168.141.966,57	-	96,9224	96,9224	31/10/03	
BB	533.507.414.282	-	533.507.414.282	6.005.073.052,96	-	71,7779	71,7779	30/09/03	
BEC	91.621.171	-	91.621.171	240.093.052,85	-	99,2736	99,0826	30/06/03	
BEM	202.831.718	-	202.831.718	52.417.403,74	-	99,9158	99,9158	10/11/03	
BEP	11.079.393	-	11.079.393	27.881.525,53	-	82,1422	82,1422	31/12/02	
BESC	85.199.984.875	397.982.306.345	483.182.291.220	1.264.736.656,80	-	95,7455	95,8823	01/09/03	
BESCRI	13.999.905.398	-	13.999.905.398	349.975.750,14	-	95,2625	95,2625	31/12/03	
BNB	465.952.800.540	353.731.907.694	819.684.708.234	1.094.773.339,73	-	96,1029	94,2146	30/09/03	
CASEMG	34.975.476.065	-	34.975.476.065	147.255.062,87	-	97,5783	92,5105	31/12/02	
CBTU	164.318.090.209	-	164.318.090.209	2.081.129.052,36	-	100,0000	100,0000	31/12/02	
CDC	1.165.712.962	1.165.712.962	2.331.425.924	51.456.218,36	-	99,4093	99,4093	31/12/02	
CDP	991.403.846	991.403.845	1.982.807.691	127.502.699,30	-	100,0000	100,0000	31/07/03	
CDRJ	221.111.558	221.111.558	442.223.116	1.259.785.097,66	-	99,9832	99,9832	25/09/03	
CEAGESP	31.644.047	-	31.644.047	202.409.354,70	-	99,6543	99,6543	31/12/02	
CEASA - AM	246.137.874	-	246.137.874	356.895,95	-	52,9200	52,9200	31/12/02	
CEASA - MG	4.994.632	-	4.994.632	13.574.404,98	-	99,5673	99,5673	31/12/02	
CODEBA	8.132.533.342	8.132.533.342	16.265.066.684	168.119.447,67	-	96,4600	96,4600	31/12/02	
CODERN	5.136.059.674	5.136.059.675	10.272.119.349	108.377.273,57	-	99,9980	99,9980	01/08/03	
CODESA	115.050.017.830	-	115.050.017.830	122.533.317,19	-	97,6489	97,6489	31/12/02	
CODESP	54.756.575.265	54.766.983.525	109.523.558.790	1.160.345.439,73	-	99,9586	99,9681	31/12/02	
CODOMAR	4.827.417.417	4.827.417.417	9.654.834.834	191.740.489,06	-	99,9731	99,9731	31/12/02	
ELETRORÁS	264.328.120.835	17.592.868.180	281.920.989.015	10.901.870.707,65	-	58,4135	52,4502	30/09/03	
FRANAVE	416.474.759	-	416.474.759	6.849.681,54	-	99,9423	99,9423	31/12/02	
REDENTOR	2.714.004	898.510	3.612.514	565.653,22	-	54,2801	54,7351	31/12/02	
FÊMINA	4.504.426	-	4.504.426	352.257,43	-	50,0000	45,0443	31/12/02	
CONCEIÇÃO	108.511.622	4.530.000	113.041.622	7.446.071,36	-	100,00	100,0000	31/12/02	
IRB	500.000	-	500.000	262.500.000,00	-	100,00	50,0000	31/12/02	
PETROBRÁS	353.314.557	-	353.314.557	6.399.922.614,72	-	55,7130	32,2209	30/09/03	
RFFSA	234.167.679.846	12.782.498.876	246.950.178.722	17.063.425.774,86	-	98,7226	96,5196	31/12/02	
TELEBRÁS	264.868.507.480	8.868.815	264.877.376.295	104.463.458,03	-	76,4591	47,6014	31/12/02	
TRENSURB	993.041.077	-	993.041.077	403.302.079,88	-	99,1553	99,1553	31/12/02	
VALEC	8.090.009	-	8.090.009	785.374.108,88	-	100,00	100,0000	22/04/03	
TOTAL – SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA				51.773.749.909,29					

Fonte:MF/STN/COREF

Tabela 9.2
PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA UNIÃO
(Empresas Públicas)

EMPRESA	QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR (R\$ 1,00)		% CAPITAL		POSIÇÃO EM
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	INTEGRALIZADO	A INTEGR.	VOTO	TOTAL	
BNDES	6.273.711.452	-	6.273.711.452	11.362.583.566,02	-	100,00	100,00	06/10/03
CBEE	-	-	-	499.000.000,00	-	100,00	100,00	31/12/02
CEF	-	-	-	3.345.726.692,00	-	100,00	100,00	31/12/02
CMB	-	-	-	143.992.708,25	-	100,00	100,00	31/12/02
CODEBAR	671.704.245	-	671.704.245	6.717.042,45	-	99,85	99,85	31/12/02
CODEVASF	40.128.672	-	40.128.672	40.128.672,70	-	100,00	100,00	31/12/02
CONAB	1.859.907	-	1.859.907	223.180.498,85	-	100,00	100,00	31/12/02
CPRM	2.580.603	288.940	2.869.543	26.058.896,63	-	98,07	97,33	31/12/02
DATAPREV	-	-	-	35.700.000,00	-	51,00	51,00	31/12/02
ECT	-	-	-	1.143.668.303,20	-	100,00	100,00	31/12/02
EMBRAPA	-	-	-	62.000.000,00	-	100,00	100,00	31/12/02
EMGEA	-	-	-	8.254.870.664,60	1.919.476.000,00	100,00	100,00	31/12/02
EMGEPRON	-	-	-	27.704.614,00	-	100,00	100,00	31/12/02
FINEP	300.000.000	-	300.000.000	857.268.098,97	-	100,00	100,00	31/12/02
GEIPOT	-	-	-	8.783.828,67	-	100,00	100,00	31/12/02
HCPA	-	-	-	278.484.300,68	-	100,00	100,00	31/12/02
IMBEL	-	-	-	232.899.657,58	-	100,00	100,00	31/12/02
INFRAERO	1.564.697	-	1.564.697	475.880.394,10	-	88,80	88,80	16/12/03
RADIOBRÁS	46.481.423	-	46.481.423	56.922.056,00	-	100,00	100,00	31/12/02
SERPRO	-	-	-	130.737.189,00	-	100,00	100,00	31/12/02
TOTAL				27.212.307.183,70				

Fonte:MF/STN/COREF

Tabela 9.3

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA MINORITÁRIA DA UNIÃO

EMPRESA	QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR (R\$ 1,00)		% CAPITAL		POSIÇÃO EM
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	INTEGRALIZADO	A INTEGR.	VOTO	TOTAL	
BRASAGRO	1.854.795	-	1.854.795	1.854.795,00	-	35,4939	35,4939	31/12/01
CELPE	38.267.848	122.911.656	161.179.504	841.978,19	-	0,0604	0,2260	31/12/02
COELBA	14.004.288	-	14.004.288	795.034,33	-	0,1281	0,0744	31/12/02
COSIPA	-	73.162.600	73.162.600	32.205.719,02	-	0,0000	1,8259	31/12/02
CTEEP	9.556.150.967	-	9.556.150.967	29.573.907,04	-	15,2755	6,4013	31/12/02
CVRD	4.726	5.075.342	5.080.068	82.366.960,46	-	0,0019	1,3074	31/08/03
ELETROPAULO	3.335.596.142	-	3.335.596.142	84.325.142,37	-	20,0322	7,9730	31/12/02
EMBRAER	1.850.495	499.416	2.349.911	7.606.584,39	-	0,7630	0,3291	12/09/03
TRACTEBEL ENERGIA	15.438.720.836	1.686.651.340	17.125.372.176	64.167.224,05	-	3,3269	2,6236	31/12/02
ICC	-	4.907.974	4.907.974	245.398,70	-	0,1745	0,1308	31/12/02
METRO-RJ	335.954.609	354.333.381	690.287.990	77.661.366,91	-	3,2655	6,4862	31/12/02
METROBUS	129.607	40.098	169.705	169.705,00	-	0,6499	0,8492	31/12/02
NOVACAP	219.400	-	219.400	11.721.697,87	-	43,8800	43,8800	31/12/02
RIO TRILLHOS	335.954.609	354.333.381	690.287.990	366.689.437,44	-	3,2655	6,4862	31/12/02
SNBP	4.670.000	-	4.670.000	830.600,00	-	10,0000	10,0000	31/12/02
TERRACAP	245.000.000	-	245.000.000	38.993.305,34	-	49,0000	49,0000	31/12/02

Fonte:MF/STN/COREF

Obs.: Somente foram relacionadas as participações acionárias minoritárias superiores a 10% do capital e/ou acima de R\$100 mil.

Além das participações acionárias em empresas, a União detém quotas em fundos de investimento, conforme tabela a seguir:

Tabela 9.4
QUOTAS EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS

R\$ 1,00

Fundos	Total			Participação da União		%
	Quantidade	Valor da Quota	Valor Total (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)	
FINAM	706.740.715.383	0,0019662	1.389.593.594,59	14.869.525	29.236,46	0,0021
FINOR (*)	140.099.877.995	8,88	1.244.086.916,60	376.858	3.346,50	0,00027
FND	2.363.261.781,89	0,5874	1.388.179.970,68	1.804.679.344,32	1.060.068.646,85	76,3639
TOTAL			4.021.860.481,86		1.060.101.229,81	

Fonte:MF/STN/COREF

OBS: As quotas foram avaliadas pelo valor patrimonial

(*) Valor por lote de mil

FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia - posição em 19/12/2003

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste - posição em 19/12/2003

FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento - posição em 30/08/2003

9.1.4 - Avaliação das ações de propriedade da União, depositadas no FAD e FND

A tabela a seguir apresenta o valor das ações da União depositadas no Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal – FAD e no Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND. As ações das empresas com cotação em bolsa foram avaliadas com base nos preços negociados nos pregões realizados, no período de 01.12.2003 a 31.12.2003, na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa, e as ações não cotadas em bolsa foram estimadas com base no valor do patrimônio líquido da empresa.

Tabela 9.5
AVALIAÇÃO DA CARTEIRA DE AÇÕES DEPOSITADAS NO FAD E FND

R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
FAD	928,78
ações cotadas em bolsa de valores	569,09
ações não cotadas em bolsa de valores	359,70
FND	17.300,56
ações cotadas em bolsa de valores	14.340,16
ações não cotadas em bolsa de valores	2.628,50
Bônus Banco do Brasil	331,90
Total	18.229,34

Fonte:MF/STN/COREF

Obs: Este demonstrativo não inclui as empresas em Liquidação que estão no PND – Valor estimado em R\$ 13,02 bilhões.

Fonte: BOVESPA e demonstrações contábeis

9.1.5 – Dividendos arrecadados pela União

A arrecadação de dividendos para a União em 2003 atingiu o montante de R\$ 3,84 bilhões, superior em 17% ao volume obtido no exercício de 2002, que foi de R\$ 3,29 bilhões. As empresas recolheram os recursos referentes a dividendos de acordo com a competência pela administração da participação acionária definida aos seguintes Órgãos:

Tabela 9.6
ARRECADAÇÃO DE DIVIDENDOS

R\$ milhões	
ÓRGÃOS	VALOR
Ministério da Fazenda – STN	3.600,18
Ministério da Fazenda – Delegacia Receita Federal	113,50
Fundo de Garantia à Exportação	90,56
Fundo Nacional de Desenvolvimento	27,85
Órgãos da Admin. Indireta – Orçam. Fiscal e Seguridade.	5,83
Total	3.837,93

Fonte:MF/STN/COREF

O valor recolhido à Secretaria do Tesouro Nacional - STN foi recorde de arrecadação, totalizando R\$ 3,7 bilhões, conforme demonstrado na tabela a seguir. Dentre as empresas que tiveram maiores participações para a obtenção desse valor, merece destaque a Caixa Econômica Federal, que não recolheu dividendos nos exercícios de 2001 e 2002, mas, em 2003, pagou o montante de R\$1,0 bilhão, seguida pela Petrobrás com R\$942,3 milhões, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES com R\$606,5 milhões e Banco do Brasil com R\$357,6 milhões.

Desde a publicação do Decreto nº 3.381, de 13.03.2000, o recolhimento dos dividendos passou a ser realizado diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, permitindo, dessa forma, o seu acompanhamento no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Vale destacar que, do total recolhido ao Tesouro Nacional de R\$ 3,7 bilhões, R\$ 2,5 bilhões foram depositados diretamente na Conta Única do Tesouro, R\$ 1,1 bilhão pago em títulos da União e R\$ 113,5 milhões foram recolhidos via DARF – Documento de Arrecadação de Tributos da Receita Federal, sendo que desse valor R\$ 1,5 milhão ingressou como dividendos por erro de preenchimento do código da receita.

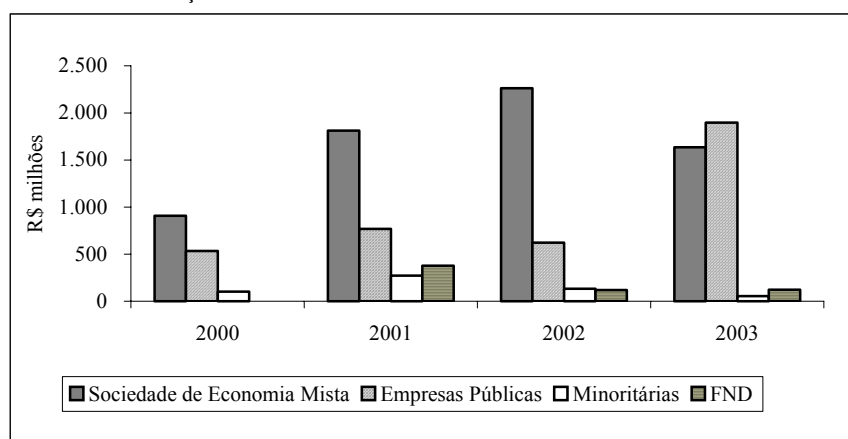
Tabela 9.7
ARRECADAÇÃO DE DIVIDENDOS AO TESOURO NACIONAL - 2000 A 2003

TIPO DE EMPRESA	ARRECADAÇÃO ANUAL				R\$ milhões
	2000	2001	2002	2003*	
Sociedade de Economia Mista	908,43	1.813,90	2.261,85	1.636,62	
Empresas Públicas	533,62	767,09	622,15	1.896,34	
Participações Minoritárias	102,74	271,81	132,46	55,23	
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	0,00	378,68	118,66	123,90	
Total	1.544,79	3.231,49	3.135,11	3.712,09	

Fonte:MF/STN/COREF

(*) O valor de R\$ 3.712,09 milhões corresponde ao somatório de R\$3.600,18 milhões e R\$ 112,9 milhões relativos aos dividendos pagos pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - Infraero e Serviços Aéreos Especializados Médico Hospitalar Conceição – Smhncs, via DARF (ressalta-se que os R\$113,5 milhões inclui R\$ 112,9 milhões mais R\$ 1,5 milhão ingressos como dividendos por erro de preenchimento do código da receita).

Gráfico 9.1
ARRECADAÇÃO DE DIVIDENDOS AO TESOUREIRO NACIONAL – 2000 A 2003



Fonte: MF/STN/COREF

9.2 - Responsabilidades Financeiras

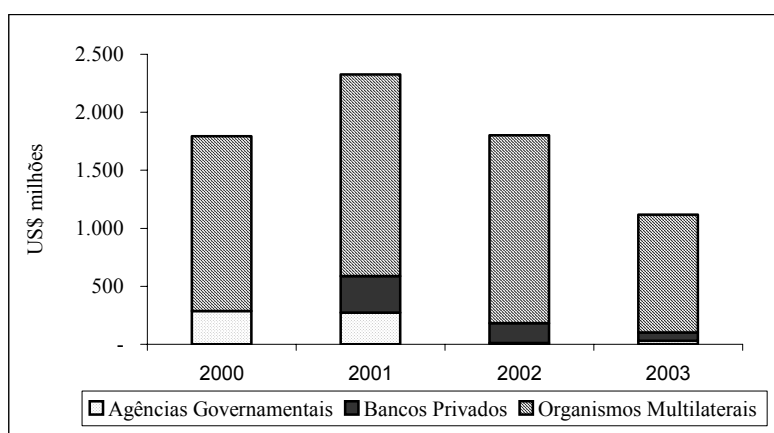
9.2.1 - Operações de crédito externo contratadas diretamente pela União

A União contratou, durante o exercício de 2003, operações de crédito externo no montante de cerca de US\$ 1,1 bilhão, o que representa um decréscimo de cerca de US\$ 789 milhões, 41,4% em relação ao volume negociado em 2002. Tais operações visaram à captação de recursos financeiros destinados à implementação de programas e projetos de desenvolvimento ou à importação de bens e serviços, sendo que 90,8% do total dos empréstimos foram firmados junto a organismos multilaterais, 6,5% a bancos privados (com seguro governamental) e 2,7% a agências governamentais estrangeiras.

Merecem destaque os empréstimos programáticos de ajuste do setor público no montante de cerca de US\$ 909 milhões, firmados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD, os quais representaram 81% do volume contratado em 2003, bem como a continuidade do programa de fortalecimento da aeronáutica, responsável pelas operações de financiamento de importações, no montante de US\$ 72,8 milhões.

A República Federativa do Brasil efetuou seis lançamentos de títulos da dívida pública no mercado internacional de capitais, no montante total de US\$ 5,8 bilhões. Já as operações de crédito de caráter não reembolsável ficaram limitadas ao Projeto Estudo Setorial da Educação Superior no Brasil, no valor de US\$500 mil, a ser custeado com recursos do BIRD.

Gráfico 9.2
EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO CONTRATADAS
2000 A 2003



Fonte: MF/STN/COREF

9.2.2 - Concessão de Garantias pela União em Operações de Crédito Externo

Em 2003, a União concedeu garantias em operações de captação de recursos externos no montante de cerca de US\$ 313,5 milhões, sendo 47,8% destinadas a estatais federais e 52,2% para estados e municípios, o que representa redução da ordem de US\$ 1,9 bilhão, equivalente a 86%, em relação ao volume concedido no ano anterior.

As operações de crédito garantidas foram direcionadas em grande parte a programas e projetos financiados com recursos de organismos multilaterais. Ressalta-se a fiança prestada ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, relativamente ao Programa de Expansão de Mercado para Pequenas e Médias Empresas, no valor de US\$ 150 milhões.

Observa-se que o elevado montante de US\$ 2,3 bilhões das garantias prestadas em 2002 decorreu, principalmente, das fianças concedidas: a) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, relativamente ao projeto Multissetorial III – Programa de Desenvolvimento das Micros, Pequenas e Médias Empresas, firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 900 milhões; b) ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, para o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II, no montante de US\$ 240 milhões, junto ao BID.

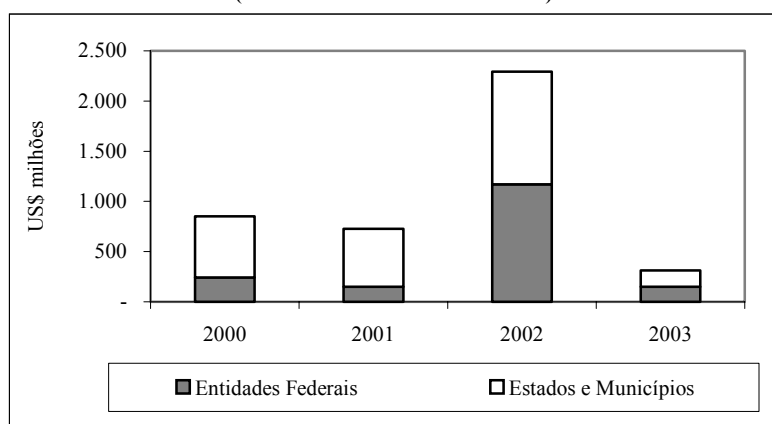
Tabela 9.8
GARANTIAS CONCEDIDAS PELA UNIÃO – 2000 A 2003

US\$ milhões

MUTUÁRIO	2000	2001	2002	2003
Estatais Federais	243,40	150,00	1.170,00	150,00
Estados, municípios e suas entidades controladas	608,58	576,89	1.122,15	163,50

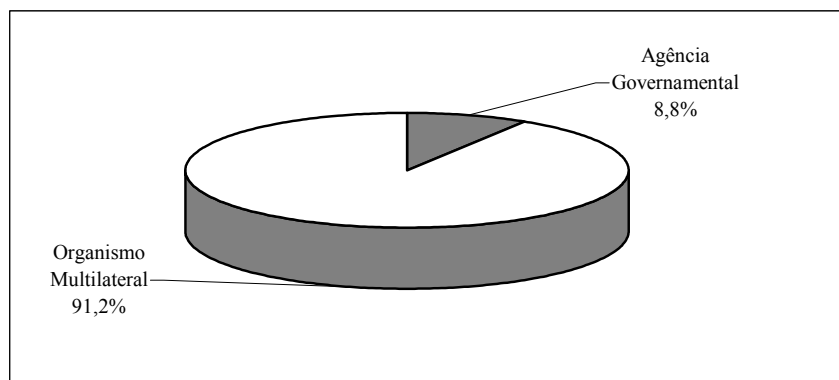
Fonte: Contratos e extratos dos contratos publicados no Diário Oficial.

Gráfico 9.3
GARANTIAS CONCEDIDAS PELA UNIÃO
(2000 A 2003 – POR MUTUÁRIO)



Fonte:MF/STN/COREF

Gráfico 9.4
GARANTIAS CONCEDIDAS PELA UNIÃO EM 2003 – POR CREDOR



Fonte:MF/STN/COREF

9.2.3 - Saldo das garantias concedidas pela União e respectivas contragarantias

As tabelas a seguir apresentam o saldo, no terceiro quadrimestre de 2003, das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional e suas respectivas contragarantias vinculadas, assim agrupadas: a) Fiança ou aval em operações de crédito externo e interno; b) garantias de incentivo à exportação; c) fundos de aval e d) assunção de risco em programas especiais.

Tabela 9.9 - Saldo das Garantias Concedidas pela União – Terceiro Quadrimestre/2003

R\$ 1,00	
GARANTIA	SALDO
1 - FIANÇA OU AVAL	132.515.763.516,48
1.1 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO	92.197.525.198,35
- BIRD/BID	31.039.031.374,86
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	18.816.628.189,52
. Garantias a Empresas Estatais Federais	12.045.365.735,79
. Garantias a empresas privatizadas	177.037.449,55
- OUTROS BANCOS	6.466.453.103,53
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	2.877.605.114,30
. Garantias a Empresas Estatais Federais	2.898.064.785,22
. Garantias a Empresas Privatizadas	690.783.204,01
- MYDFA - BACEN - OUTROS BANCOS	1.592.330.121,96
- Garantias a ITAIPU BINACIONAL	53.099.710.598,00
1.2 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNO	40.318.238.318,13
- Garantias a Estados e Municípios	532.547.999,00
- Outras Empresas Estatais	39.752.526.722,05
- Prodetur - I NE / BNB (Adm. Estadual Direta)	33.163.597,08
2 - GARANTIAS DE INCENTIVO À EXPORTAÇÃO	4.570.350.147,94
- Operações do tipo Performance e <i>Refundment-bond</i>	2.110.587.684,46
- Fundo de Garantia à Exportação - FGE	1.406.373.731,24
- Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	850.627.811,17
- Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB	202.760.921,08
3 - FUNDOS DE AVAL	2.673.948.281,87
- Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	1.575.942.318,85
- Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER	1.098.005.963,02
4 - ASSUNÇÃO DE RISCO EM PROGRAMAS ESPECIAIS	2.332.917.870,88
- Prog. Fort. Agric. Familiar - PRONAF	305.080.463,10
- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira	195.102.548,25
- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO	31.713.388,86
- Lei nº. 8.036, de 11.05.1990 - Risco de Solvência e de Operações Ativas	1.801.021.470,67
TOTAL GERAL	142.092.979.817,16

Fonte: SIAFI/COREF/STN

Tabela 9.10 - Saldo das Contragarantias Oferecidas à União - Terceiro Quadrimestre/2003

R\$ 1,00

CONTRAGARANTIA	SALDO
1 - FIANÇA E AVAL	83.785.872.972,60
1.1 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO	81.590.173.968,37
- BIRD/BID	23.467.441.903,11
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	18.759.012.799,04
. Garantias a Empresas Estatais Federais	4.531.391.654,52
. Garantias a empresas privatizadas	177.037.449,55
- OUTROS BANCOS	5.408.284.161,26
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	2.082.884.752,62
. Garantias a Empresas Estatais Federais	2.634.616.204,63
. Garantias a Empresas Privatizadas	690.783.204,01
- MYDFA - BACEN - OUTROS BANCOS	-
. Garantias a ITAIPU BINACIONAL	52.714.447.904,00
1.2 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNO	2.195.699.004,23
- Garantias a Estados e Municípios	532.547.999,00
- Outras Empresas Estatais	1.629.987.408,15
- Prodetur I NE / BNB (Adm. Estadual Direta)	33.163.597,08
2 - GARANTIAS DE INCENTIVO À EXPORTAÇÃO	2.110.587.684,47
- Operações do tipo Performance e <i>Refundment-bond</i>	2.110.587.684,47
- Fundo de Garantia à Exportação - FGE	(1)
- Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	(1)
- Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB	(1)
3 - FUNDOS DE AVAL	1.098.005.963,02
- Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	(1)
- Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER	1.098.005.963,02
4 - ASSUNÇÃO DE RISCO EM PROGRAMAS ESPECIAIS	-
- Prog. Fort. Agric. Familiar - PRONAF	(1)
- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira	(1)
- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO	(1)
- Lei nº. 8.036, de 11.05.1990 - Risco de Operações Ativas	(1)
TOTAL GERAL	86.994.466.620,09

Fonte: SIAFI/STN/COREF *Informações Preliminares

OBS: (1) Dados não disponibilizados pelos Gestores dos programas.

As diferenças entre os valores de garantia e os de contragarantia em operações de crédito são decorrentes da dispensa legal de contragarantia em alguns casos. O contrato de contragarantia da Itaipu Binacional está vinculado à formalização do contrato de garantia. Os contratos de contragarantia das operações referentes aos Fundos e Programas Especiais são controlados pelos agentes financeiros dos referidos programas (gestores). Encontram-se disponibilizados apenas os dados relativos às contragarantias das operações de *Performance* (garantia de execução do contrato) e *Refundment Bond* (garantia de devolução de sinal) e Prodetur/NE I, os demais dados não foram disponibilizados.

9.2.4 - Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2003, a União honrou garantias referentes a operações da administração estadual no valor total de US\$ 44,3 milhões, sendo US\$ 39,8 milhões relativos a compromissos honrados junto a empresa estatal do setor elétrico.

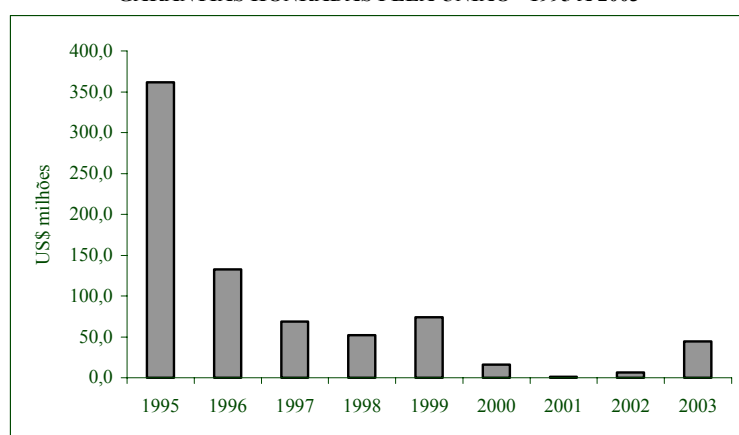
Observou-se em 2003 o mesmo comportamento dos últimos anos, refletindo um nível de inadimplência bastante reduzido frente aos compromissos garantidos. Tal fato reflete a atual disciplina fiscal vigente no país, a análise prévia de capacidade de pagamento, a vinculação de contragarantias e o fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, firmadas junto a organismos internacionais.

Tabela 9.11
GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO

MUTUÁRIO	GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO (US\$ MILHÕES)				EVOLUÇÃO (%)		
	2000	2001	2002	2003	2001/2000	2002/2001	2003/2002
Administração Estadual	6,97	-	6,48	44,32	-	-	583,39
- Adm Est. Direta	6,97	-	6,48	4,49	-	-	(30,80)
- Adm. Est. Indireta	-	-	-	39,83	-	-	-
Administração Municipal	-	-	-	-	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Privatizadas	-	-	-	-	-	-	-
Dívida em Proc. de Assunção	9,25	0,99	-	-	(89,3)	-	-
TOTAL	16,22	0,99	6,48	44,32	(93,9)	557,6	583,4

Fonte: STN/CODIV

Gráfico 9.5
GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO - 1995 A 2003



Fonte: MF/STN/COREF

9.3. Limites de Endividamento da União

A tabela a seguir ressalta a existência de margem disponível em todos os limites, referentes ao 3º quadrimestre de 2002 e 2003, com base nos conceitos definidos na Resolução nº 96, de 15.12.1989 do Senado Federal e na Constituição.

Tabela 9.9
LIMITES DE ENDIVIDAMENTO DA UNIÃO – RESOLUÇÃO SF Nº96/89

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO	
	2002	2003
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	285.579.835	470.890.533
DESPESAS DE CAPITAL (II)	335.855.361	492.537.463
LIMITE DE ATÉ 100% DAS DESPESAS DE CAPITAL (I / II) - Art. 2º da Resolução SF 96/89	85,03%	95,61%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (III)	302.229.770	484.141.550
DISPÊNDIOS DA DÍVIDA FUNDADA ² (IV)	380.442.711	541.768.420
10% DA RECEITA LÍQUIDA REAL ³ (V)	45.882.175	45.750.877
LIMITE DE ATÉ 100% DO VALOR DOS DISPÊNDIOS DA DÍVIDA FUNDADA ACRESCIDO DE 10% DA RECEITA LÍQUIDA REAL [(III / (IV + V)) - Art. 3º, inciso I e §8º da Resolução SF 96/89	70,89%	82,40%
DISPÊNDIO ANUAL MÁXIMO ⁴ (VI)	380.467.574	541.899.948
MARGEM DE POUPANÇA REAL ⁵ (VII)	488.555.209	613.035.068
DISPÊNDIO ANUAL MÁXIMO ATÉ 100% DA MARGEM DE POUPANÇA REAL (VI / VII) - Art. 3º, inciso II da Resolução SF 96/89	77,88%	88,40%
Operações de Crédito Externas contratadas no exercício (VIII)	17.281.404	24.512.539
Garantias Externas concedidas no exercício (IX)	7.040.380	936.023
MONTANTE GLOBAL ANUAL (X) = (VIII + IX)	24.321.784	25.448.562
50% DO SALDO MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DOS ÚLTIMOS 3 ANOS ⁶ (XI)	66.370.375	88.683.938
MONTANTE GLOBAL ANUAL ATÉ 100% DO ITEM XI (X / XI) - Art. 4º, inciso I da Resolução SF 96-89	36,65%	28,70%
GARANTIAS EXTERNAS CONCEDIDAS NO EXERCÍCIO (IX)	7.040.380	936.023
50% DO ITEM XI ⁶ (XII)	33.185.187	44.341.969
GARANTIAS EXTERNAS CONCEDIDAS ATÉ 100% DO ITEM XII (IX / XII) - Art. 4º, inciso II da Resolução SF 96-89	21,22%	2,11%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e outras fontes - STN/COREF/GECON
Valores atualizados mensalmente pelo IPCA, exceto (I) e (II).

¹ Foram excluídos das operações de crédito os valores referentes à emissão de títulos da dívida pública federal destinada a financiar o programa de reforma agrária, de que trata o art. 3º, §8º, da Resolução SF 96/89.

² Dispêndios com Juros e Encargos da Dívida e com Amortizações da Dívida, vencida e vencível no ano, excluídas as garantias honradas pela União.

³ Receita realizada nos últimos doze meses, excluídas as receitas provenientes de Operações de Crédito e de Alienação de Bens.

⁴ Dispêndio com Juros e Encargos da Dívida e com Amortização da Dívida.

⁵ Valor da Receita Líquida Real deduzida das Despesas Correntes pagas e acrescida dos Juros e Encargos e das Amortizações da Dívida pagos, excluídas as garantias honradas pela União.

⁶ Valores extraídos em dólares americanos das Balanças Comerciais de 1999, 2000, 2001 e 2002, convertidos para Real à taxa de câmbio do último dia do mês da operação. Valores atualizados mensalmente pelo IPCA.